

## AS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA EM FACE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR

*Erica Aparecida Capasio Rosa*  
*Unesp/Rio Claro*  
*erica.cap.rosa@gmail.com*

*Fernanda Malinosky Coelho da Rosa*  
*Doutoranda em Educação Matemática - Unesp/Rio Claro*  
*malinosky20@hotmail.com*

*Ivete Maria Baraldi*  
*Unesp/Bauru*  
*ivete.baraldi@fc.unesp.br*

### **Resumo:**

Este artigo tem por objetivo apontar o crescimento das pesquisas em Educação Matemática voltadas para inclusão escolar de pessoas com deficiência defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) *campus* Rio Claro. Essa temática foi escolhida por percebermos um aumento no número de estudos e, concomitantemente, no número de matrículas de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação nas escolas regulares, provavelmente devido às legislações educacionais em vigência. Assim, nessa oportunidade, apresentamos um arrazoado sobre políticas públicas de inclusão escolar de pessoas com deficiência, bem como o que se tem produzido (teses e dissertações) dentro da Universidade mencionada na perspectiva da Inclusão Escolar. Por fim, concluímos que, embora haja um esforço acadêmico em debater esta temática, este, é ainda, de forma incipiente e necessita de intensificação e de financiamentos por parte dos poderes públicos.

**Palavras-chave:** Educação Matemática Inclusiva; Políticas Educacionais; Pessoas com deficiência;

### **1. Introdução**

Nesse texto, primeiramente temos a intenção de apresentar alguns elementos acerca da produção de pesquisas em educação matemática que aborde a educação inclusiva. Para isso nos valem de resultados de busca em dois bancos de dados nacionais e nos detemos em apresentar os trabalhos defendidos em um programa de pós-graduação com mais de 30 anos de existência.

Esta decisão foi tomada por notarmos um crescimento no número de pesquisas que discutem essa temática nos últimos anos e percebemos que talvez este esteja relacionado às legislações em vigência e ao número de matrículas de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação nas escolas regulares<sup>1</sup>.

Nesta oportunidade, valendo-nos de uma pesquisa bibliográfica, efetuamos a descrição das pesquisas que abordam a temática em questão, pertencentes ao Programa de Educação Matemática da Unesp de Rio Claro. Para tanto, apresentamos uma breve discussão acerca das políticas públicas nessas duas últimas décadas. Posteriormente, apresentamos a descrição para, em seguir, tecermos algumas considerações acerca de nossas apreensões.

## **2. Um pouco sobre políticas públicas de inclusão escolar de pessoas com deficiência**

Antes da década de 1990, existiam poucas leis educacionais e a Educação Inclusiva ainda não era um tema muito abordado, principalmente no que tange à inclusão do público alvo da Educação Especial. Ocorria a matrícula de pessoas com deficiência em instituições especializadas ou em classes especiais dentro das escolas regulares; as poucas leis vigentes recomendavam que, preferencialmente, alunos com deficiência fossem matriculados na rede regular de ensino, numa intenção de integração destes com os demais. O Brasil assumiu, a partir desta década em questão, o compromisso da proposta de “Educação para Todos”, comprometendo-se a transformar o sistema educacional de modo a acolher a todos, indiscriminadamente, com qualidade e igualdade de condições, a partir da Conferência de Jomtien, na Tailândia (UNESCO, 1990).

Dando continuidade a esta proposta, em 1994, o Brasil assinou a Declaração de Salamanca “reconhecendo a necessidade e urgência do provimento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino” (UNESCO, 1994, p. 1). Assim, comprometeu-se com a construção de um sistema educacional inclusivo, cujo princípio fundamental é o de que as escolas

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que o uso dessa expressão é somente para diferenciar as escolas não-especializadas, das que são especializadas em receber alunos com alguma deficiência específica.

aceitem todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras.

A LDB vigente, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, apresenta o capítulo V que dispõe sobre a educação especial, definindo-a como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e dispõe um artigo sobre o professor com especialização e o professor com formação continuada já na perspectiva da educação inclusiva.

Ainda em seu artigo 59 fica estabelecido que os sistemas de ensino devem assegurar prerrogativas aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, isto é, os currículos, os métodos, os recursos educativos e as organizações específicas devem atender às suas necessidades. No item III, deste mesmo artigo, estabelece que deve ser assegurado “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p.18).

Decorrente da Declaração de Salamanca e da LDB 9394/96, várias outras leis, resoluções e decretos foram oficializados. Confirmando a necessidade de capacitação e especialização dos professores, o Parecer nº 17/2001 e o artigo 18 da Resolução nº 2/2001 estabelecem que as instituições educacionais devem oferecer oportunidades de formação continuada a estes profissionais, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No artigo mencionado, pode-se entender que o professor com formação é aquele que, em sua formação de nível médio ou superior, teve incluído conteúdos ou disciplinas sobre Educação Especial e assim, espera-se que desenvolva competências para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos, flexibilizando suas ações, avaliando continuamente a eficácia do processo educativo e atuando em equipe. Já o professor especializado entende-se que é aquele que possui formação em nível superior com contemplação dos estudos ou pós-graduação nas áreas específicas da Educação Especial posterior à licenciatura e, assim, deve ter desenvolvido competências para identificar as necessidades educacionais especiais, realizar um atendimento com esses alunos nas salas de apoio ou salas de recurso, que são salas equipadas com materiais didático-pedagógicos específicos, definir e implementar respostas educacionais às necessidades,

apoiar o docente da classe inclusiva e desenvolver estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas. Esta Resolução dispõe, ainda, que o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular e esclarece a função de cada um.

Em 2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como língua oficial do surdo, sendo a Língua Portuguesa sua segunda língua. Esse reconhecimento por lei implicou na obrigatoriedade de seu ensino nos cursos de formação de fonoaudiólogos e professores de nível médio e superior, por meio do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). Estabeleceu-se também que os cursos de Pedagogia e de Letras deveriam se adequar e, gradativamente, todos os outros cursos também.

O uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille, em todas as modalidades de ensino, foram aprovados e normatizados pela Portaria nº 2.678/02. Em 2003, o Ministério da Educação criou o Programa “Educação Inclusiva: direito à diversidade”, que visa apoiar a formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. Esse programa ainda está em funcionamento.

Foi promulgado, em 2004, o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” (BRASIL, 2004) que tem por objetivo “disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular” e foi divulgado pelo Ministério Público Federal.

No ano de 2006, foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” (BRASIL, 2006) a qual estabelece que os Estados “devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena”.

Em 2008, foi divulgada uma versão da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a qual prevê o atendimento especializado em salas de recursos e centros especializados de referência. A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades dos alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola. Ainda prevê a organização de redes de

apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas para os professores. (BRASIL, 2008).

Em 2011, tem-se o Decreto relacionado à educação inclusiva de nº 7.611, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (AEE) e que assegura a educação aos alunos com deficiências, preferencialmente, nas redes regulares de ensino: deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público- alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011). Dentre as últimas leis publicadas, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) recomenda a implantação e o AEE em salas de recursos multifuncionais, além do incentivo à formação continuada de professores e professoras para este atendimento nas escolas regulares. O PNE reforça também a recomendação de uma formação inicial de professores também voltada para o atendimento de alunos com deficiência:

4.16. Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; (BRASIL, 2014, p. 58).

A recente lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu artigo 28, parágrafo XIV, além de recomendar novamente um sistema educacional inclusivo de forma que os alunos possam “alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015, p. 04), adverte sobre a necessidade: de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos, técnicas pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva. Nesse parágrafo, trata ainda sobre a adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; e, também, da inserção de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica.

Nessas pouco mais de duas décadas, em termos de política pública em relação à educação especial numa perspectiva inclusiva, o Brasil teve que garantir, por meio de leis e programas de apoio financeiro e técnico, a orientação dos sistemas de ensino, favorecendo a formação de professores para o AEE e de demais profissionais da educação para a inclusão escolar. Recentemente, as pesquisas entraram nesse rol de leis, o que não implica que já não houvesse o desenvolvimento de trabalhos na área de Educação Matemática cujo foco fosse à inclusão escolar, como mostraremos a seguir.

Dessa maneira, nos últimos anos, o que podemos perceber sobre o desenvolvimento de pesquisas em Educação Matemática, na perspectiva da inclusão escolar?

### 3. Produção acadêmica em Educação Matemática na perspectiva da Inclusão Escolar

Investigando acerca de dissertações e de teses relacionadas à Educação Matemática ou ao Ensino de Ciências e Matemática<sup>2</sup> e à inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, no Banco de teses da Capes<sup>3</sup> e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações<sup>4</sup>, a partir de 2008<sup>5</sup>, percebemos um crescimento no número de pesquisas, em diferentes instituições de ensino, em todas as regiões do país (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de bancos de dados



em todas as regiões  
pesquisas encontradas nos

<sup>2</sup> Referimo-nos à Programas de Pós-Graduação intitulados Ensino de Ciências e Matemática cuja parte da produção científica é voltada para o campo da Educação Matemática.

<sup>3</sup> O banco de Teses da Capes pode ser consultado no seguinte endereço: <http://bancodeteses.capes.gov.br/> ultimo acesso 21. mar.16

<sup>4</sup> O Banco da Digital de Teses e Dissertações Brasileiras pode ser consultado no seguinte endereço: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?join=AND&bool0\[\]=AND&lookfor0\[\]=educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva&lookfor0\[\]=educa%C3%A7%C3%A3o+matem%C3%A1tica&type0\[\]=AllFields&type0\[\]=AllFields&page=3](http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?join=AND&bool0[]=AND&lookfor0[]=educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva&lookfor0[]=educa%C3%A7%C3%A3o+matem%C3%A1tica&type0[]=AllFields&type0[]=AllFields&page=3) Ultimo acesso: 21 mar. 16.

<sup>5</sup> Ressaltamos que nos bancos de dados mencionados, as pesquisas mais antigas cadastradas, voltada para a Educação Matemática e Educação Especial/Inclusiva, são de 2008.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Cabe ressaltar que podem existir mais pesquisas em 2015 e 2016, mas que ainda não estão listadas nos bancos de dados mencionados.

Ao focarmos nesses dados de uma maneira mais pontual, nos deparamos com algumas pesquisas sobre a temática defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Unesp *campus* de Rio Claro/SP, existente há mais de 30 anos. A nossa opção em trabalhar com a produção científica desse Programa, e não com a de outros, é devido nossa ligação ao mesmo, enquanto alunas e docente. Cabe ressaltar que não optamos por fazer um recorte temporal, pois o nosso objetivo é mostrar as pesquisas deste Programa, que não são muitas comparadas a outros temas, e o relativo crescimento de estudos que pode ser associado, também, às políticas públicas que recomendam a inclusão.

O primeiro trabalho defendido foi em 1993 com o objetivo de apresentar uma proposta alternativa de atividades para a pré-alfabetização Matemática de crianças com deficiência auditiva, tendo como enfoque principal, a construção do pensamento lógico-matemático. Para atingir o objetivo foi levantado o perfil biopsicossocial de pessoas com deficiência auditiva, aspectos históricos e as implicações no ensino e aprendizagem de matemática. Dessa forma, foram elaboradas e desenvolvidas algumas atividades por seis crianças com deficiência auditiva (OLIVEIRA, 1993).

Em 2006, após 13 anos, foi defendido outro trabalho com o objetivo de conhecer as possibilidades e limitações do uso de tecnologia informática para o ensino de geometria para cegos. Nessa pesquisa por meio de experimentos de ensino, houve a participação de duas estudantes cegas (LÍRIO, 2006). Outra pesquisa desenvolvida objetivou “descrever e analisar o ser, o saber, e o fazer de sujeitos cegos em instituições de ensino” baseada nas teorias da etnomatemática e da Educação Inclusiva. Utilizou a observação em dois ambientes: instituto especializado e uma escola estadual (CALORE, 2008, p. 6). Nesse mesmo ano (2008), foi defendida a dissertação cujo objetivo foi “observar, descrever e analisar como os professores que ensinam Matemática lidam com alunos em uma escola inclusiva” também pautada na etnomatemática e na educação inclusiva, porém essa pesquisa se deu no Centro Integrado de Jovens e Adultos (Cieja) em que foram observados quatro professores (RODRIGUES, 2008, p. 5).

No ano de 2010, mais uma pesquisa foi defendida envolvendo alunos cegos com a intenção de “analisar o processo de construção e adaptação de uma História em Quadrinhos sobre Matemática para alunos cegos e videntes”. Como abordagem metodológica foi utilizada o design social e os participantes foram os próprios alunos cegos e videntes da autora que lecionava em uma escola estadual (MARCELLY, 2010, p. 7). Neste mesmo ano, outra pesquisa também envolvendo alunos cegos, porém no ensino superior dispara uma reflexão sobre a inclusão no Ensino Superior, trata-se de uma história composta por entrevistas de professores, funcionários da Universidade, colegas e amigos de uma pessoa cega, que é a protagonista (MARCONE, 2010).

Recentemente no ano de 2013, foram concluídas duas pesquisas. Uma em que se aborda a formação do professor de Matemática e como ele se aproxima da inclusão de alunos com deficiência visual, por meio da análise de nove memoriais de formação produzidos pelos professores (ROSA, 2013). Outra pesquisa que investigou como a visualidade da pessoa surda pode contribuir para o ensino e a aprendizagem de Matemática; os dados foram produzidos por meio de uma intervenção em uma escola pública que tinha oito alunos surdos matriculados no 5º ano (SALES, 2013).

No ano de 2014 tivemos dois trabalhos nessa temática. Um deles é o de Rosa (2014, p.7) cujo objetivo foi “elaborar uma compreensão, por meio das narrativas de professores que ensinam matemática, sobre a inclusão escolar e o processo de ensino e aprendizagem de matemática de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação”. Neste trabalho foram analisadas nove narrativas produzidas por meio da História Oral. O outro é a dissertação de Hilsdorf (2014, p. 5) que investigou “possibilidades de atuação do professor na sala de recursos, no processo de ensino e de aprendizagem de Matemática de crianças com deficiências.” Nele, a autora realizou intervenções na sala de recursos com atividades de matemática e, posteriormente, na sala de aula com todos os alunos.

Em 2015, foram defendidos dois outros trabalhos na perspectiva da educação inclusiva. Um deles foi à tese de Marcone (2015) que teve como questão diretriz discutir o termo *deficiencialismo*, justiça social e Educação Matemática. Para tanto, o autor dividiu a sua tese em quatro partes, abordando em cada uma delas um aspecto de sua temática. E a dissertação de Moura (2015, p.7) foi o outro trabalho, cujo objetivo era o de “estabelecer uma compreensão sobre o engajamento de crianças surdas em uma proposta de cenários para investigação” no desenvolver de atividades matemáticas.

A última tese concluída e disponível até o início do ano de 2016 está intitulada como “Do imprevisto às possibilidades de ensino: estudo de caso de uma professora de matemática no contexto da inclusão de estudantes cegos” em que teve por objetivo “explorar possibilidades para ensinar matemática para todos, especificamente, estudantes cegos”. Na confecção do trabalho foi realizado um estudo de caso sobre a prática da pesquisadora ao longo de vários anos. (MARCELLY, 2015, p. 6).

Ao apresentar as pesquisas desenvolvidas neste programa de pós-graduação em Educação Matemática, percebemos um crescimento mínimo dessa temática, e ainda divergindo entre os assuntos. Notamos três pesquisas que trabalham com cegos, três com surdos, um com crianças com deficiência intelectual e cinco discutindo a inclusão escolar de forma geral. No Censo Escolar de 2012 (BRASIL, 2012) nota-se que as matrículas da modalidade Educação Especial estão concentradas nas escolas públicas e que há, principalmente, um movimento de redução na quantidade de classes especiais e de escolas exclusivas, que também são denominadas escolas especiais, e um crescente aumento na inclusão de alunos nas classes comuns. Em 2007, eram 348.470 alunos em classes especiais e 306.136 alunos incluídos em classes comuns. Já em 2012, ocorreu uma alteração grande: nas classes especiais apenas 199.656 alunos contra 620.777 estudantes incluídos nas classes comuns.

Talvez esse aumento no desenvolvimento de pesquisas que discutem essa temática esteja ligado ao crescimento de matrícula dos estudantes público alvo da educação especial nas escolas regulares, como também com a promulgação de Políticas Públicas que favorecem a inclusão escolar.

### **Considerações Finais**

Após esse estudo, ainda com resultados parciais, observamos um desdobramento nas investigações cuja temática é a educação inclusiva. Pudemos perceber também que conforme o avanço da legislação em relação à inclusão de pessoas com deficiência e o crescimento de matrícula destes nas escolas regulares, quantitativamente aumentou o interesse em se pesquisar sobre o tema. Sabemos que com as mudanças nas leis e o desenvolvimento de estudos nessa temática de nada irá adiantar senão tiver um pensamento inclusivo, pois tais mudanças, como colocam Paixão, Guedes e Silva (2015) está surgindo de uma condição imposta pelas legislações e não por uma nova cultura escolar. Promover “uma cultura inclusiva é pensar o desenvolvimento de valores

inclusivos, compartilhados entre alunos, professores, familiares e que passados a todos, farão parte da comunidade a partir dessa prática” (SILVA; SANTOS, 2014, p. 212).

Assim, ousamos afirmar que embora haja um esforço da academia em debater sobre inclusão escolar, essa temática ainda é explorada de forma incipiente e necessita de mais esforços e financiamentos por parte dos poderes públicos.

#### 4. Referências

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2/2001 de 11 de setembro de 2001**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001 a.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 17/2001, de 3 de julho de 2001**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001b.
- BRASIL. Casa Civil. **Decreto 5.226, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 10 mar. 16.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico. Brasília: O Instituto, 2014b. 39 p. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 20 fev. 16.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 18 jan. 16.
- CALORE, Ainda Casagrande de Oliveira. **As ticas de matema de cegos sob o viés institucional**: da integração à inclusão. 120f. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2011.
- GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista em educação**. Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 18 jan. 16.
- HILSDORF, Carla Regina Riani. **Educação matemática em escolas inclusivas**: a sala de recursos em destaque. 112f. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Rio Claro, SP. 2014.

- LIRIO, Simone Barreto. **A tecnologia informática como auxílio no ensino de geometria para deficientes visuais.** 115f. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Rio Claro, SP. 2006.
- MARCELLY, Lessandra. **As histórias em quadrinhos adaptadas como recurso para ensinar Matemática para alunos cegos e videntes.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP. 2010.
- MARCELLY, Lessandra. **Do improviso às possibilidades de ensino: estudo de caso de uma professora de matemática no contexto da inclusão de estudantes cegos.** 2015. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP. 2015.
- MARCONI, Renato. **Educação Matemática Inclusiva no Ensino Superior – aprendendo a partilhar experiências.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP. 2010.
- MARCONI, Renato. **Deficiencialismo: a invenção da deficiência pela normalidade.** 2015. Tese (Doutorado em Educação Matemática), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP. 2015.
- MOURA, Amanda Queiroz. **Educação Matemática e crianças surdas: explorando possibilidades de um cenário para investigação.** 2015. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2012.
- OLIVEIRA, José Carlos Gomes. **Uma Proposta Alternativa para a Pré-Alfabetização Matemática de Crianças Portadoras de Deficiência Auditiva.** 1993. 94f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro (SP), 1993.
- PAIXÃO, Roberto Carlos Bastos; GUEDES, Josevânia Teixeira; SILVA, Tânia Maria da Conceição Meneses. **Autismo: Uma Abordagem Inclusiva da Linguagem.** In: SOUZA, Rita de Cácia Santos (Org.). **História da Educação e suas Interfaces.** Jundiaí, Paco Editorial: 2015.
- PLETCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual.** Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010.
- RODRIGUES, Thiago Donda. **A etnomatemática no contexto inclusivo: possibilidades e desafios.** 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2008.
- ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da **Professores de Matemática e a Educação Inclusiva: análises de memoriais de formação.** 2013. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2013.
- ROSA, Erica Aparecida Capasio. **Professores que ensinam matemática e a inclusão escolar: Algumas Apeensões.** 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2014.
- SALES, Elienson Ribeiro de. **A visualização no ensino de matemática: uma experiência com alunos surdos.** 2013. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2013.
- SILVA, Marcilene Magalhães da. SANTOS, Adilson Pereira dos. **Educação Inclusiva: Considerações sobre Políticas Públicas e Formação de Professores.** In RAHME, Monica

Maria Farid; FRANCO, Marco Antônio Melo; DULCI, Luciana Crivellari. Formação e políticas públicas na educação: tecnologias, aprendizagem, diversidade e inclusão. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia. 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha. 1994.